



A

Pregoeira

Trata-se de pedido para que a Secretaria de Negócios Jurídicos exare parecer quanto a legalidade de Anulação do Pregão Presencial 77/2017, que objetiva a Aquisição de Fogão Industrial a gás 08 bocas destinado a Central Municipal de Alimentação Escolar - Secretaria de Educação.

O pedido deriva do ofício nº 189/2017/CMAE da Secretaria Requisitante, onde o Sr. Fernando Bernabé Abrahão, Diretor do Departamento CMAE e a Srª. Aurea Esteves Serra, Secretária de Educação, relatam as justificativas para embasamento do pedido.

As justificativas apresentadas se enquadram como razões de interesse público decorrente de fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar tal conduta da Secretaria Requisitante.

Dispõe o artigo 49 da Lei de Licitações, a saber:

**“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.”**

“§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.”

“§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.”

“§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.”

“§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos



**Prefeitura Municipal de Birigui**  
Estado de São Paulo  
CNPJ nº 46.151.718/0001-80  
**Secretaria de Negócios Jurídicos**  
**R. SANTOS DUMONT, 194, CEP16200-095, FONE: (18) 3644-1992**

atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.”

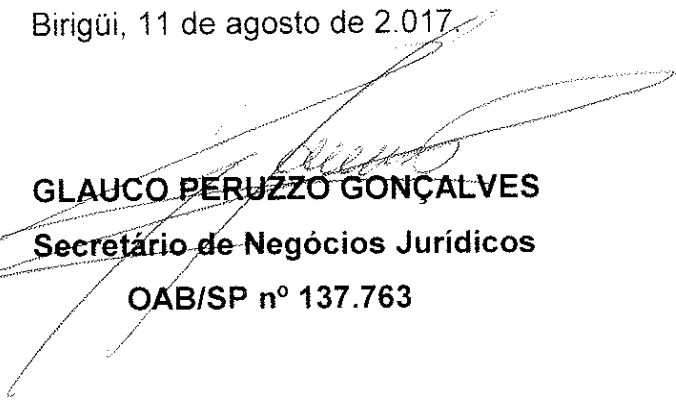
De acordo com o texto legal, é juridicamente possível o cancelamento do Pregão Presencial através da revogação.

Diante do exposto, a Secretaria de Negócios Jurídicos exara o presente parecer e opina pela legalidade da revogação do pregão presencial 77/2017, face a inviabilidade do certame prosseguir pelos motivos já elencados no ofício da Secretaria requisitante.

Ademais, ressalta-se que o ato de anulação/revogação deriva da Autoridade Competente para aprovação do certame por imposição do mesmo artigo 49 da Lei nº 8.666/93, que no caso desta Municipalidade se reveste da pessoa do Chefe do Poder Executivo.

Salvo Melhor Juízo, esse é o nosso parecer.

Birigüi, 11 de agosto de 2.017

  
**GLAUCO PERUZZO GONÇALVES**  
**Secretário de Negócios Jurídicos**  
**OAB/SP nº 137.763**